

EM QUESTÃO/o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

# Os esqueletos

A coragem é a dignidade sob pressão

Ernest Hemingway

Tania Fusco

**B**RASÍLIA — Dois livros de atas tão sigilosas que já tiveram até um funcionário encarregado exclusivamente de sua guarda. Dois livros que contam a história de 53 reuniões secretas do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que, como o nome indica, tem o objetivo de zelar pelo cumprimento das normas de respeito aos direitos humanos, inscritas na Constituição e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Liberadas, as atas revelam que até mesmo o sagrado direito do voto livre e soberano de seus conselheiros foi desrespeitado. Dezenove anos de história e uma constatação: como a maioria das comissões especiais de investigação no Brasil, o Conselho acolheu denúncias, prometeu solução e não solucionou nada.

De 1968, quando foi instalado, até setembro de 1986, foram abertos 312 processos, só 62 foram julgados, ninguém foi punido nem acusado ou responsabilizado formalmente por desrespeito aos direitos humanos. Em 1971, quando o Conselho ameaçou exercer seu legítimo direito de pedir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as circunstâncias do "desaparecimento" do advogado e deputado cassado Rubens Paiva, o governo golpeou o direito humano do voto livre e pressionou os conselheiros para votarem o arquivamento do processo.

"Impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaças ou assuadas, o regular funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ou de comissão de inquérito por ele instituída, ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros, constitui crime com pena prevista no artigo 329 do Código Penal". Isso está previsto no artigo oitavo do regimento do Conselho, aprovado em 16 de março de 1964. Na sessão do dia 10 de março de 1980, o conselheiro Benjamin Albagli fez registrar em ata que, nove anos antes, havia votado pelo arquivamento do processo Rubens Paiva sob pressão do exército.

Rubens Paiva foi preso por questões políticas em sua casa, no Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1971, e nunca mais apareceu. Os arquivos do Conselho têm 134 denúncias de "desaparecimentos"; algumas delas se transformaram em processos. Como o de Rubens Paiva, todos foram invariavelmente arquivados.

"Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado" — reza o artigo nono da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a bíblia do Conselho. Muitos dos desaparecidos não foram sequer admitidos como presos pelos órgãos da repressão. No entanto, na maioria dos casos de desaparecimento existem testemunhos de pessoas que tiveram contato com o desaparecido em algum cárcere do sistema repressor. De posse dessas informações, o Conselho nunca convocou uma testemunha para depor.

Em 1981, já em pleno processo de abertura política, chegou ao órgão a denúncia do martírio de Inês Etienne Romeu, torturada durante seis meses numa casa em Petrópolis utilizada clandestinamente pela repressão política. O conselheiro Benjamin de Moraes, professor catedrático de Direito Penal de Minas Gerais, foi designado relator desse processo. Não o relatou. Na reunião do dia 20 de maio último esse processo voltou à pauta do Conselho, agora tendo como relator o professor Barbosa Lima Sobrinho. Na denúncia, redigida pela própria torturada, há indicações precisas das características de seus carrascos, seus codinomes e órgãos onde serviam. Um deles, o médico Amílcar Lobo, já admitiu em uma dezena de entrevistas seus contatos com Inês no cárcere. O Conselho resolveu convocá-lo para depor. Mas, quatro meses depois, Lobo ainda não foi convocado.

"Ele será convocado, apenas decidimos reunir dados de outros envolvimento em torturas por parte do dr. Lobo, para depois interrogá-lo." É o que garante o dr. Márcio Thomas Bastos, conselheiro representante da OAB e membro da comissão especial indicada também em maio para colher novos dados nos processos de desaparecimento.

**De 1968, quando foi instalado, até hoje, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana abriu mais de 300 processos e julgou mais de 60 casos de violação. Ninguém foi punido. Nem acusado ou responsabilizado formalmente. Liberadas, as atas até então sigilosas do Conselho revelam atitudes ambíguas, pusilânimes e omisões de seus membros. São denúncias acolhidas e providências engavetadas. A história de suas 53 reuniões secretas é um triste repertório de tragédias como a do deputado Rubens Paiva, que o general Golbery dizia ser o principal esqueleto nos armários do regime. Existem outros.**

Os desaparecidos por força circunstancial são os fantasmas da história do Conselho. O processo Rubens Paiva, por exemplo, forçou o governo a alterar a composição e o esquema das reuniões do Conselho. Até então o órgão era composto pelo ministro da Justiça — que o preside sempre —, os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação Brasileira de Educação, um professor catedrático de Direito Constitucional de uma Universidade federal, líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado Federal. O regimento rezava que as deliberações do Conselho seriam publicadas com prioridade no órgão oficial da União e dos estados.

No dia 15 de novembro de 1971, depois da quase derrota do governo na votação do processo Rubens Paiva, um projeto de lei de autoria do senador da Arena baiano, Rui Santos, ampliava a composição do Conselho, dando assento também a representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Conselho Federal de Cultura, do Ministério Público Federal e de mais um professor catedrático de Direito Penal. Isso garantia a maioria do governo nas votações. Em janeiro de 1972, o decreto 69.923 tornou secretas as reuniões, salvo decisão contrária da maioria absoluta. E as atas ganharam um guardião oficial.

Um Conselho faz-de-conta seguiu até 1973 brincando de cuidar dos direitos humanos. Em outubro de 1972, por exemplo, o conselheiro Benjamin Albagli fez questão de registrar em ata uma moção alusiva ao Dia da Criança. Antes já havia celebrado a instalação de uma creche no Ministério da Justiça. Naquele ano, 18 brasileiros foram "desaparecidos" depois de presos — seis deles no Mês da Criança. Em agosto de 1973 o governo Medici acabou de uma vez com o faz-de-conta democrático: o Conselho só voltou a funcionar em maio de 1979, já no governo Figueiredo, com o senador Petrônio Portela comandando a pasta da Justiça.

"Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", diz o artigo 5 da Declaração dos Direitos Universais do Homem.

Cento e trinta e quatro brasileiros, presos políticos, "desapareceram" entre 1964 e 1975 — dos quais 78 em 1973 e 1974. As denúncias de tortura lotaram os arquivos e os armários do Conselho, que nem chegou a formalizá-las com precisão. Na auditoria realizada no órgão, em setembro do ano passado, descobriu-se que 98

processos mencionados em atas, com apreciação e decisão, haviam desaparecido. Na desorganização reinante, onde as atas sequer eram assinadas corretamente, o processo de Rubens Paiva foi um desses sumidos. É preciso lembrar que, em abril de 1981, ele havia sido requisitado pelo gabinete do ministro Abi-Ackel para nunca mais voltar. Foi-se o original, porém uma cópia guardada na Divisão de Segurança Interna do ministério possibilitou a reabertura das investigações. O Conselho espera agora o pronunciamento da justiça militar para decidir o destino de seu processo mais famoso. Imaginem o que será resolvido.

Os desaparecidos não saem da pauta do Conselho. Embora o próprio ministro da Justiça, Paulo Brossard, julgue que "tanto tempo depois" seja impossível esclarecer a maioria dessas histórias macabras, os conselheiros da Nova República vêm tentando resgatar o que chamam de dívida histórica. Um bom exemplo dessas violências sem patrono definido é a explosão da bomba no Riocentro, no dia 1º de maio de 1981. No dia 27 último, o dr. Márcio Thomaz Bastos pediu a reabertura desse famigerado processo, alegando o aparecimento de novas informações sobre as responsabilidades pelo atentado. Na semana anterior, o major Leo Frederico Cinelli admitiu, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, que os responsáveis pelas bombas do Riocentro eram homens do sistema. Importante: em 1981, Cinelli chefiava a 2ª Seção do 1º Exército no Rio de Janeiro.

Mais realista do que Bastos, o conselheiro Barbosa Lima Sobrinho, que desde 1979 atua como vice-presidente do Conselho, considera que a reabertura dos processos tem basicamente o mérito de "divulgar esses acontecimentos". Falta-nos condições para investigações conclusivas, falta autonomia do executivo", diz ele. Essas frases foram ditas pelo homem que teve a paciência de ler durante mais de duas horas a cartadepoimento de Inês Etienne Romeu, uma descrição sem pudor ou complacência de todas as torturas e humilhações sofridas em seis meses de cárcere clandestino. A leitura foi feita na reunião, em maio último. O conselheiro representante da liderança do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, que foi tomado pelo sono e cochilou na maior parte da leitura.

"Uns cochilaram, outros se emocionaram. De qualquer forma, eu tinha a obrigação de ler para mostrar a que ponto pode chegar a crueldade humana", diz Barbosa Lima. Para ele, a denúncia de desrespeitos aos direitos humanos é uma "tarefa de civilização".

A violência muda seus objetivos, mas não morre. Nos últimos dois anos chegam diariamente ao Conselho cerca de 50 cartas denunciando violações dos direitos humanos nos conflitos agrários. É tal o volume de queixas que, no mês passado, o Conselho resolveu deslocar-se até Conceição do Araguaia — um dos principais focos do conflito — para colher depoimentos. No dia 20 de setembro último, o ministro da Justiça e seus conselheiros foram até lá. Só que a reunião não se realizou. Brossard sentiu-se agredido com as manifestações de protesto, recusou-se a abrir a reunião, pegou seu chapéu e foi embora. Tudo ficou adiado para o próximo dia 27. A ver.

Na Nova como na Velha República o papel do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana é existir para oficializar uma luta que não se concretiza na prática. Em 1954, Bilac Pinto, deputado da UDN paulista, propôs em projeto de lei a criação deste Conselho, sonho que passou por uma gestação de dez anos. Só em março de 1964 o presidente João Goulart assinou a lei de sua criação. Quinze dias mais tarde ele morreu e exilado. Mais quatro anos e o marechal Costa e Silva instalava o Conselho. Foi o único presidente que se dignou a participar de uma reunião em defesa dos direitos humanos. A assinatura que inaugura o livro, aliás, é do conselheiro Filinto Müller, representante da maioria no Senado. É o ex-chefe de polícia do Estado Novo, responsável por tanta tortura e também pela deportação para a Alemanha nazista de uma judia grávida: Olga Benário, que morreu nas prisões de Hitler.



## A afronta d

**F**ERNANDO Lyra, o primeiro ministro da Justiça da Nova República, reuniu uma única vez o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Não para deliberar, mas para celebrar o dia internacional dos direitos humanos. Como homenagem à resistência ao autoritarismo por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, levou o Conselho para o Rio de Janeiro naquele 10 de dezembro de 1985. Do anfitrião, Herman Baeta, então presidente da entidade, ouviu-se uma grave sentença: "O salutar da existência desse Conselho é inteiramente negativo." Rubens Paiva foi o exemplo que Baeta usou para comprovar sua afirmação. "Afronta-nos esse passado obscuro", disse, propondo, que dali por diante, o Conselho se dispusesse a investigar também os "crimes de colarinho branco".

## CINEMA | Wilson Cunha



### Correndo de novo

Ainda nem bem o distrito público se tranqüilizou dos sobressaltos de O predador e a máquina já começa a se movimentar. Arnold Schwarzenegger é The running man (o corredor), mais um filme de ação. "Temos muita confiança em Arnold", anunciam os produtores. Por via das dúvidas, os anúncios de página inteira já estão no Variety — a bíblia do show-biz americano. Eles definitivamente não refrescam.

### Queremos ver

O Brasil é feito um pai perverso: dá o brinquedo, deixa a gente tomar gosto e depois tira. Está sendo assim com esta história de fitas videocassete originais — as agora chamadas piratas porque não submetidas ao crivo oficial. Que os distribuidores brasileiros queiram proteger seus interesses, compreende-se, mas não penalize a gente. É preciso estudar uma fórmula que permita o acesso aos filmes inexistentes com o selo oficial. Afinal, com o estrangulamento da exibição dos chamados filmes de arte no circuito, restava apenas o vídeo como a tal janela para o mundo. Hoje, se não totalmente fechada, posta em clima de clandestinidade. Assim fica ainda mais difícil.

### Ratton: de olho no futuro



### Em ação

Enquanto seu A dança dos bonecos continua cumprindo brilhante trajetória, Helvécio Ratton não pára. Ainda agora, com Alfredo Orós, acaba o roteiro de seu próximo filme, Era uma vez em Brasília (ou o amor no tempo da guerrilha urbana), pensa em Felipe Camargo para estrelá-lo. E mais. Com o apoio da Secretaria de Cultura do estado de Minas, luta para a implantação de "um pólo mineiro de bases modernas". Com as tentativas realizadoras do Nordeste para obter um pólo nordestino correndo paralelo, o cinema brasileiro pode encontrar aí novas veias de vitalização, espera-se.

□ Não só o Brasil — dividindo-se entre Curitiba, Natal, Brasília e Rio — vive em Hino de festival; até o fim do ano, o cinema brasileiro viaja. Fernanda Torres foi ao Japão com seu belo trabalho em A marvada carne; A dança dos bonecos estará esta semana na Alemanha; enquanto Vera de Sérgio Toledo brilha na Suécia, antes de embarcar para os EUA. Depois de Toronto, novo festival-balanço se realiza em Acapulco, não por acaso tendo o cinema na cabeça em seu cartaz-símbolo. Com a atual produção brasileira tão aravançada, fica difícil prever uma presença nacional igualmente significativa em 88. A menos que a reação venha rápida, Cuba, ano que vem, poderá ficar à míngua. Este dezembro estaremos lá, firmes, com oito longas. E o doce imperialismo brasileiro.

### Linha geral

- Nem tudo é crise (I) Valério Andrade tocando confiante o I Festival de Natal, onde Leon Hirszman e Roberto Santos terão homenagens especiais.
- Nem tudo é crise (II). Apesar de todas as dificuldades, Brasília acredita que o XX Festival será um sucesso.
- Nem tudo é crise (III). A Manchete Vídeo vai a pleno vapor. Depois de Anjos da noite acaba de ganhar o filme de João Batista de Andrade. O país dos tenentes. Não será surpresa se Rádio pirata seguir o mesmo caminho.
- Sting será o Pilatos do Cristo de Martin Scorsese.
- Olho vivo: Creepozoids vem aí. É humor bizarro do melhor. dizem.
- De São Paulo, Hilda Machado teve seu curta-projeto Osasco não é para principiante aprovado, para produção, pela Embra.
- E o dinheiro, quando?
- Robert Redford pensando em lançar seu Milagro Beaniehead war em versão bilingue, inglês/ espanhol. Seguindo o modelo La bamba, que é um arraso.
- Gerard Depardieu não pára. Semana passada estava em Estocolmo curtindo o lançamento de Jean de Florette. Aqui, quando, o filme?
- F. Murray Abraham em Roma, filmando Russicum de Pasquale Squitieri, um thriller passado no Vaticano. Ele gostou do clima de O nome da rosa...
- Até terça-feira — quando começa o curso Linguagem cinematográfica: o cinema dominante e o filme clássico narrativo de João Luiz Vieira — o Estação Botafogo estará aceitando inscrições.
- Gleb Panfilov anunciando em Roma refilmagem de Mác. No elenco, a mulher de Panfilov, Irina Churikova, além de Giannmaria Volonté.
- Do Rio, Aida Marques viu aprovado seu curta-projeto, Sem título.
- Nascido para matar, o novo filme de Kubrick, faturando bem em Londres. Chega ao Brasil em dezembro. É o chamado Natal pesado. Aguardem.
- Debbie Reynolds, Mel Tormé, Dean Stockwell e Julie Andrews fazendo coral no balcão da ponte Nikita Mikhaikov olhou para Paloma Picasso e não entendeu lufas. Todos fugindo dos terremotos de Los Angeles.
- Vamos ao cinema? Tem Lella Diniz. Um trem para as estrelas. Anjos da noite...
- Um painel dos curtmetragens recentes, premiados nos festivais de Brasília, Gramado e Fortaleza, eis o que o Estação Botafogo estará mostrando a partir da próxima quinta-feira, dia 15. Entre os títulos programados, Joilson Mareou de Hilda Machado, Impresso a baia, de Ricardo Favilla, são dois destaques.



Impresso a baia: curta bem curtido

